

AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Autor(a): Cláudia Costa dos Santos¹
EIKO University – International Education – EUA
E-mail: claudiacostaorientadora@gmail.com

Co-autor: Camyla Silva da Costa²
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.
E-mail: camyllamylla321@gmail.com

Co-autor: Ronaldo dos Santos³
EIKO University – International Education – EUA
E-mail: ronaldosantos1101@bol.com.br

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo avaliar os resultados da formação continuada na prática educativa dos profissionais da educação através dos encontros de formação continuada do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), um Programa do Ministério da Educação (MEC) implementado no ano de 2013 em várias escolas municipais de uma cidade paraibana. A metodologia desta pesquisa foi desenvolvida utilizando a metodologia do tipo qualitativa e descritiva. O público pesquisado contempla professores alfabetizadores e coordenação pedagógica do PNAIC. Foi averiguado como o acompanhamento aos professores podem colaborar para avaliar se a formação continuada do Programa é eficaz no processo ensino aprendizagem? A problemática da pesquisa foi confirmada tendo em vista que, os profissionais envolvidos demonstraram durante a observação, diante de falas e ações, satisfação em participarem de mais um ano da formação continuada, classificando como ótima e reconhecendo contribuir de maneira significativa para a melhoria da sua prática enquanto professor. Nos resultados, os educadores apresentaram alguns pontos negativos e muitos pontos positivos, a exemplo da grande alegria e satisfação em participar das formações e dos conhecimentos oferecidos de forma a contribuir de maneira significativa para a melhoria da sua prática enquanto professor. Considerando que a escuta do professor é importante no processo, surge a importância da formação continuada, uma vez que, essa proporciona ao docente a oportunidade de refletir sobre sua prática pedagógica, propicia a troca de experiência, levando-o a ampliar seus horizontes e tornar as aulas mais atrativas, lúdicas e significativas, que oportunizam a pesquisa rumo a uma educação de qualidade, tendo em vista que não existe ensino sem pesquisa.

Palavras-chave: Avaliação, Formação continuada, Prática docente.

¹Doutoranda em Ciências da Educação pela *EIKO University – International Education – EUA*; Mestre em Ciências da Educação pela UNASUR-PY e Faculdade de Atenas – Programa da CAPES Minter; Universidade Aberta (UAB); Especialista em psicopedagogia pelo Inst. Superior de Educação Nª Senhora de Lurdes (ISED) BA e em Gestão da Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)-CE; Professora da Educação Básica.

²Estudante de Pedagogia pela *Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)*.

³Doutorando em Ciências da Educação pela *EIKO University – International Education – EUA*; Mestre em Ciências da Educação pela UNASUR-PY; Especialista em psicopedagogia pelo Inst. Superior de Educação Nª Senhora de Lurdes (ISED) BA; Licenciatura em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB);

1. INTRODUÇÃO

A formação continuada faz todo o diferencial na teoria/prática do professor, pois proporciona ao docente uma reflexão sobre seu cotidiano, que deve ser marcado pela análise diária de suas práticas pedagógicas. Para Freire (1998), a prática pedagógica dos professores é algo que exige reflexão e compreensão do fazer pedagógico crítico e autônomo, visando à formação continuada. Segundo o autor, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre sua prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica tem de ser de modo concreto que quase se confunda com a prática.

O presente trabalho fará uma avaliação dos resultados dos profissionais do magistério no processo ensino aprendizagem, através da formação continuada de um Programa do Ministério da Educação (MEC) intitulado Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), implementado no ano de 2013 em várias escolas municipais de uma cidade paraibana, onde será abordada uma visão das políticas públicas educacionais, alguns processos de avaliações utilizados nas instituições de ensino e também algumas leis e documentos oficiais que tratam do tema, a metodologia utilizada será a qualitativa e descritiva, através da observação durante as formações, nas discursões e resultados foram abordados relatos e experiências dos professores e de suas práticas educativas. Diante da problemática, como a escuta aos professores podem colaborar para avaliar se a formação continuada do Programa é eficaz no processo ensino aprendizagem? O trabalho apresentado justifica-se por sermos, respectivamente formador local e pesquisadores, do PNAIC que é um Programa das Políticas Públicas do País, assim é necessário avaliar os reflexos da formação continuada na prática pedagógica dos profissionais do magistério.

Objetivo Geral

- Avaliar os resultados da formação continuada na prática educativa dos profissionais da educação através dos encontros de formação continuada do PNAIC.

Objetivos Específicos

- Escutar os profissionais da educação, no processo ensino aprendizagem;

- Elencar os pontos positivos e negativos do ano letivo de 2017, em relação a prática pedagógica;
- Discutir os direcionamentos da formação continuada do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), se contribuiu para melhoria e reflexão da prática pedagógica;

A troca de experiências, o aprimoramento de conhecimentos teóricos e metodológicos, a validação das práticas pedagógicas realizadas habitualmente, a proposição de atividades que possam contribuir para a melhoria da prática pedagógica e reflexão sobre o papel social do ser professor, credenciando o educador como um profissional mais dinâmico, seguro, valorizado e com metodologias renovadas, na busca por uma educação de qualidade.

2. AVALIAÇÕES DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A conjuntura das políticas educacionais deve ser vista como uma questão política e pública, não apenas técnica. Não pode ser apenas uma operação para equacionar tecnicamente as divergências, abafar os conflitos, homogeneizar os interesses ou camuflar as desigualdades. Ao contrário, a qualidade da avaliação se dá pela sua contribuição ao debate crítico, informando-o e melhorando-o. Os processos de avaliação começam envolvidos nas medidas políticas, com o foco de atingir os resultados almejados nas metas dos Programas Educacionais, para posteriormente ter condições para o julgamento e intervenções, tendendo a constituir um processo de negociação entre os atores envolvidos na política a ser avaliada, Rosa (2014).

Só após os anos 90, a política de avaliação da educação brasileira vem sendo estabelecida com maior ênfase. A Constituição de 1988, além de assegurar o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, prima em garantir o “padrão de qualidade desta educação”. (MEC, 1988). A garantia do mesmo deveria ser atestada através de um sistema de avaliação externa, no caso, as avaliações em larga escala tem o propósito de reafirmar ou não um trabalho pedagógico eficaz. Ademais, os sistemas de avaliação em larga escala, na década de 90 difundem-se e passam a operar em sistemas educativos de vários países. É imperioso considerar que a partir de 1990 foram criados exames nacionais, como mecanismos para uma avaliação padronizada em larga escala. Com a promulgação da LDB 9.394/96 houve a implantação de mudanças legais que foram decisivas para o sistema nacional de avaliação, a fim de diagnosticar os problemas educacionais. Com a LDB, a proposta de avaliação externa é reafirmada em seu artigo nono:

IX - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no Ensino Fundamental, Médio e Superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino. (MEC, 1996, p.12).

Outrossim, a partir de 2005, para aferir essa qualificação do ensino público brasileiro foi dado destaque à Avaliação Nacional do Rendimento Escolar. O 42º Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) constitui um aperfeiçoamento do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), incluindo a Prova Brasil criada também em 2005. Com a Prova Brasil, o sistema de avaliação nacional da educação básica, passa a seguir parâmetros internacionais questionáveis. Esses dados originaram a necessidade de implementação do Plano de Metas, Compromisso Todos pela Educação, Decreto n. 6.094/2007. Esse plano, no Art. 3º do Cap. II enfatiza que:

A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar. (MEC, 2007, p.10).

Segundo as pertinentes ideias com base nos dados obtidos nas avaliações, com ênfase no IDEB, a escola tem visibilidade dos seus resultados. Esse resultado é que caracterizará a escola como eficaz ou não. Nada obstante, não há um consenso do conceito de qualidade para a educação. As avaliações apontam os erros, mas não os solucionam ou mostram maneiras de solucioná-los.

Concomitante com a influência dos organismos financiadores da educação, o sistema de avaliação nacional assume um novo perfil, em suas operações técnicas, passando a ser chamado de (SAEB), a partir das decisões da União. Possibilitam também, que os Estados possam criar suas modalidades de avaliação, baseadas em habilidade e competências. (MEC,2007).

No ano 2000, o Brasil passa a participar do (Pisa) Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (Programme for International Student Assessment) cujo exame é realizado internacionalmente, de três em três anos, e que avalia as habilidades em Leitura, Matemática e Ciências. O Pisa é coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e seu objetivo é melhorar as políticas e os resultados de desempenho educacionais. O exame avalia estudantes com 15 anos de idade.

Em referência ao cenário das avaliações em larga escala, o INAF foi criado em 2001. O INAF (Indicador de Analfabetismo Funcional) pesquisa a capacidade de leitura, escrita e

cálculo da população brasileira adulta. Seu principal objetivo é oferecer informações qualificadas dos brasileiros entre 15 e 64 anos de idade. Realizado pelo Instituto Paulo Montenegro e pela ONG Ação Educativa, os resultados são distribuídos em analfabeto e alfabetismo rudimentar, básico e pleno.

Por consequência, ao analisarmos historicamente a ampliação do acesso à escola, que ocorreu nas décadas de 1990 a 2000, percebe-se a contribuição da ampliação de acesso a escolarização para que o país retirasse as pessoas da condição de analfabetismo. Mas ainda são necessárias mudanças e investimentos maciços em educação, para a transformação do cenário nacional, como demonstra o quadro a seguir da evolução da alfabetização no país de 2001 a 2012.

Quadro 4 – Evolução do Indicador de Alfabetismo Funcional população de 15 a 64 anos (%) 2001-2012

Tabela	I						
Evolução do Indicador de Alfabetismo Funcional população de 15 a 64 anos (%)	2001/2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2007	2009	2011-2012
Analfabeto	12	13	12	11	9	7	6
Rudimentar	27	26	26	26	25	21	21
Básico	34	36	37	38	38	47	47
Pleno	26	25	25	26	28	25	26
Analfabetos funcionais (analfabeto+rudimentar)	39	39	38	37	37	27	27
Alfabetizados funcionalmente (básico pleno)	61	61	62	63	66	73	73
BASE	2002	2002	2002	2002	2002	2002	2002

Fonte: INAF BRASIL 2001 a 2011, disponível em:

http://www.ipm.org.br/ptbr/programas/inaf/relatoriosinafbrasil/Paginas/inaf2011_2012.aspx

O referido quadro evidencia a evolução do analfabetismo e suas mudanças no novo cenário de analfabetos funcionais, cujas constatações indicam a necessidade de pensar em políticas públicas para o ensino e a aprendizagem da leitura e escrita, com base no pressuposto óbvio de que não são apenas decisões de ordem teórico-epistemológica ou técnica, mas, também política. Vale dizer que, resultam de escolhas centradas em julgamentos de valor dentre opções também de ordem política, nas quais “a ação governamental reflete escolhas em um quadro de conflito, não havendo, portanto, governos imparciais, pois as escolhas sempre

envolverão julgamento de valor, ainda que estejam ancoradas em avaliações técnicas. ”
(OLIVEIRA e DUARTE, 2005, p. 12).

3. METODOLOGIA

3.1 População

A população é formada por 12 Coordenadores Pedagógicos e 28 professores Alfabetizadores do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, realizada em 12 escolas de um Município Paraibano. O universo estudado compreende 100% da coordenação pedagógica do Programa e dos professores.

3.2 Tipo e Abordagem do Estudo

No desenvolvimento desta pesquisa foi utilizada a metodologia do tipo descritiva, pois segundo Sampieri et al. (2006): “os estudos descritivos, medem, avaliam ou coletam dados sobre diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenômeno a ser pesquisado”. O modelo utilizado na pesquisa é não experimental que de acordo com Sampieri et al. (2006) é a investigação que se realiza sem manipular deliberadamente as variáveis, ou seja, trata-se da pesquisa em que não fazemos variar intencionalmente as variáveis independentes. O que fazemos na investigação não experimental é observar fenômenos tal como se produzem em seu contexto natural, para depois analisá-los.

O tipo da pesquisa foi não probabilístico, do tipo intencional. O critério para a definição da população foi o fato de sermos respectivamente formadora local do PNAIC, professores pesquisadores e conhecedores do cotidiano da escola pública e por compreendermos as vulnerabilidades do processo de formação de professores e, com esta, as inúmeras fragilidades vivenciadas nesse contexto.

3.3 Instrumentos e técnicas de coleta dos dados

A coleta de dados foi realizada a partir de alguns momentos de trabalho, que poderão ser semelhantes ou distintos no que diz respeito ao tempo determinado para cada um deles.

PRIMEIRO MOMENTO - foi desenvolvido um levantamento bibliográfico e também documentos oficiais publicados pelo Ministério da Educação, bem como materiais elaborados por universidades parceiras e ofertados para a formação continuada dos professores alfabetizadores, procurando descrever como se processa a

avaliação dos professores para verificar os autores que fundamentam a pesquisa, no eixo da formação continuada pelo PNAIC.

SEGUNDO MOMENTO - foi executada observação na formação continuada do Pacto, para levantamento da condução da prática pedagógica dos docentes acompanhado pela formação do programa de uma cidade paraibana.

TERCEIRO MOMENTO - o material coletado por meio das observações foi apresentado na forma de relatório devidamente interpretado no contexto observado. Após a coleta dos dados, a partir do instrumento de observação, foram feitas as avaliações dos materiais, utilizando-se a técnica de análise qualitativa. O material coletado foi lido e agrupado conforme o tema, os objetivos e as finalidades da investigação que se pretende alcançar, buscando significado dentre as respostas das observações, explorando-se também as diferenças percebidas entre as falas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As observações foram realizadas durante o ano de 2017, com a sistematização através de roda de conversa em 01 de dezembro do corrente ano, na Formação do PNAIC. Diante dos itens no PNAIC 2017 vários pontos de grande relevância foram observados, um deles foi a escuta dos profissionais envolvidos no processo, uma vez que é de suma importância ouvir os personagens envolvidos no processo ensino aprendizagem.

Em relação aos planejamentos, incidências em sala de aula e retrospectivas 2017, segundo os profissionais que ministram aula no 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental, os pontos positivos foram: a seleção de conteúdos feito pela formadora local do programa, com referência nas competências do diário do ciclo de alfabetização, ação que acontece desde do ano de 2015, e que foi de fundamental importância para nortear os planejamentos de curso, bimestral e de aula, uma vez que todas as turmas estarão em consonância e garantindo as crianças os direitos de aprendizagem.

Através dos eixos de aprendizagem que estão contemplados nos conteúdos e competências, que conseqüentemente ao planejar traçarão objetivos com referência nas competências do diário de classe, tornando o ensino alinhado, o que estar se trabalhando em sala de aula realmente serão avaliado no diário, assim proporciona tanto ao docente quanto ao discente a oportunidade de verificar se o ensino aprendizagem acontece, através do sistematizando, lhes conferindo mais uma chance para o planejamento e a execução de uma prática exitosa.

Com o apoio do coordenador pedagógico do PNAIC na escola, segundo os professores se sentem seguros, prestigiados, pontuaram também que se sentem mais tranquilos com as visitas do formador e coordenador local, alegou-se que quando isso acontece, percebem que não estão sozinhos no processo ensino aprendizagem.

Outro ponto bastante relevante é a continuação do mesmo professor alfabetizar 1º ao 3º ano, proporcionado tanto ao discente quanto ao docente um ensino aprendizagem de qualidade, uma vez que o alfabetizador conhece seu aluno, propiciando assim, uma oportunidade na continuação de um trabalho mais eficaz, esse ponto já é Lei aprovada no ano de 2015 no Plano de Municipal de Educação, na meta 5.

Durante a reflexão tiveram alguns pontos negativos, afirmaram que 2017 foi um ano muito difícil, diante do fato do suporte pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, não falarem a mesma linguagem, eram muitas informações ao mesmo tempo; o atraso na entrega dos diários; ausência de apoio financeiro; as avaliações externas; entre outros. Os alfabetizadores se sentiram desvalorizados, uma vez que não se leva em consideração o contexto da realidade de cada turma e o trabalho do professor, levando em conta apenas o resultado de uma prova.

Segundo Luckesi (2002) o professor examinador tem como objetivo verificar como estão as notas dos alunos, onde as curvas estatísticas são suficientes, onde o professor avaliador valoriza o “quadro global” dos alunos, ou seja, um ato de análise e reflexão de todo o processo de construção do conhecimento do aluno.

O ciclo de alfabetização desse Município da Paraíba tem uma política de trabalhar com formação continuada, com oficinas nos planejamentos bimestrais, não esperando apenas pelas políticas públicas nacionais, porque acredita-se, que a formação continuada, faz todo o diferencial na teoria/prática do professor, pois proporciona ao docente uma reflexão sobre seu cotidiano, que deve ser marcado pela análise diária de suas práticas pedagógicas.

Para Freire (1998) a prática pedagógica dos professores é algo que exige reflexão e compreensão do fazer pedagógico crítico e autônomo, visando à formação continuada. O referido autor ainda ressalta que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje e na de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, deve ser concreto e próximo da prática. “O acompanhamento feito por meio da formação continuada, tem contribuído de maneira positiva em minha sala de aula, uma vez que o mesmo me levou a pensar, refletir e mudar meus conceitos sobre o planejamento e a aprendizagem dos meus alunos”. (P1)⁴

Nos encaminhamentos para o ano de 2018, os professores pontuaram que fossem observados a quantidade de alunos por turma, com base no Plano Municipal de Educação (PME), Lei aprovada no Município desde de 2015, com o argumento que, quando a turma é numerosa, dificulta um trabalho pautado na qualidade. Como sugestão para adequar o número de alunos que está aprovado na Lei, acrescentamos uma nota técnica no PME, onde “o aluno que mora na zona rural e que na localidade tenha o ano que o discente cursa, deve ser matriculado na escola lá existente, evitando assim turmas numerosas na zona urbana”. (P2)⁵

Para encerrar a formação do programa do ano de 2017 foi realizada uma avaliação, onde os profissionais demonstraram alegria e satisfação em participarem de mais um ano da formação continuada, sendo classificado como ótima e reconhecendo contribuir de maneira significativa para a melhoria da sua prática enquanto professor.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a escuta do professor é importante no processo, surge a importância da formação continuada, uma vez que, essa proporciona ao docente a oportunidade de refletir sobre sua prática pedagógica, propicia a troca de experiência, levando-o a ampliar seus horizontes e tornar as aulas mais atrativas, lúdicas e significativas, que oportunizam a pesquisa rumo a uma educação de qualidade, tendo em vista que não existe ensino sem pesquisa.

Diante da observação, percebe-se que, durante o ano letivo tiveram muitos pontos positivos, que inclusive foram elogiados pelos profissionais de educação, mas também houve alguns pontos negativos, no entanto, nos encontros de formação continuada, no acompanhamento aos professores e coordenadores pedagógicos, conta-se com o reflexo, o respeito e a união de um trabalho que vem acontecendo desde do ano de 2014, como sabemos, educação é um processo a longo prazo.

No ano de 2017, continua a nível de ciclo de alfabetização, a troca de experiências, aprimoramento de conhecimentos teóricos e metodológicos, validação das práticas pedagógicas realizadas habitualmente, proposição de atividades que possam contribuir para a melhoria da prática pedagógica e reflexão sobre o papel social do ser professor, credenciando o educador como um profissional mais dinâmico, seguro, valorizado e com metodologias renovadas, na busca por uma educação de qualidade.

Em relação as sugestões para a melhoria do ensino aprendido no ano de 2018, foi criado e acrescentado a nota técnica no fórum de avaliação do Plano Municipal de Educação – PME (“o aluno que mora na zona rural e que na localidade

tenha o ano que o discente cursa, deve ser matriculado na escola lá existente, evitando assim turmas numerosas na zona urbana”) que se realizou em dezembro de 2017 no Município pesquisado, porque os alunos da zona rural procuram as escolas urbanas e esvaziavam as escolas rurais. A sugestão dos professores foi enviada para a Secretária Municipal de Educação, através do relatório anual, encaminhado pelas formadoras locais e coordenadora local do PNAIC.

Esta pesquisa permitiu observar e constatar que a formação continuada é um subsídio de suma relevância para a prática pedagógica do professor, pois além de vários benefícios aqui já elencados, propiciou no termino do ano letivo uma escuta aos profissionais da educação, reservando quatro horas para ouvi-los, apoiá-los e encaminhar suas angústias aos setores competentes, possibilitando assim, um maior envolvimento dos personagens que faz parte do mundo educacional, ação essa que, torna explicito que todos os envolvidos no processo faz parte do ensino aprendizagem, só assim com o envolvimento de todos, teremos a tal sonhada educação de qualidade para os brasileiros.

6. REFERÊNCIAS

BRASÍLIA: INEP, 2007. Disponível em: Acesso em: www.inep.gov.br/web/guest/home, 10 out. 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. (Coleção Leitura). _____. **Pedagogia do Oprimido**.30.ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 2001;

INAF BRASIL 2001 a 2011, **Indicador de Analfabetismo Funcional**, disponível em: http://www.ipm.org.br/ptbr/programas/inaf/relatoriosinafbrasil/Paginas/inaf2011_2012.aspx

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2002;

MEC. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Cadernos de Formação. Brasília: MeC/seB, 2012;

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa. R. T. (orgs). **Política e Trabalho na Escola**: administração dos sistemas públicos de educação básica. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ROSA. Karine Seidel da. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: **Repercussões da Provinha Brasil**. Frederico Westphalen, RS 2014;

SAMPIERI, R. H. et al. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.